This is a open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Licence

ARTIGO
DOI: 10.5216/rppoi.v21.74615
EDUCAÇÃO

ACESSO E PERMANÊNCIA ESCOLAR: UMA ANÁLISE DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

SCHOOL ACCESS AND PERMANENCE: AN ANALYSIS OF THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAMME'S CONDITIONALITIES

ACCESO Y PERMANENCIA ESCOLAR: UN ANÁLISIS DE LAS CONDICIONALIDADES DEL PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Érika Almeida Chaves[1] - https://orcid.org/0009-0007-2595-2381
Jerônimo de Freitas Regis[2]- https://orcid.org/0000-0002-2817-6476
Antônia Solange Pinheiro Xerez[3]- https://orcid.org/0000-0001-6479-651X

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo compreender se o Programa Bolsa Família -PBF atingiu seu propósito como garantia do direito do acesso à educação, investigando se a condicionalidade imposta aos seus beneficiários é uma ferramenta de inclusão educacional. A análise foi realizada no município de São João do Jaguaribe (Ceará). A perspectiva teórica para esta investigação está fundamentada no materialismo histórico-dialético. Recorremos à legislação, documentos, manuais, formulários e sistemas acerca da frequência escolar dos usuários do PBF. Dos resultados obtidos, ao discutir sobre o acesso à educação a partir das condicionalidades do PBF no município de São João do Jaguaribe, no Ceará – considerando matrícula e frequência escolar, tais dados demonstraram que, embora as políticas educacionais tenham sido deslocadas como políticas socioassistenciais, a condicionalidade tem sido uma estratégia positiva de acesso escolar.

[1] Mestra em Educação e Ensino (UECE/MAIE). Especialista em Gestão Pública Municipal (UNILAB) e em Direitos Sociais com enfoque em Direito e Processo Previdenciário (Facu de Tec. Darcy Ribeiro). Graduada em Serviço Social (UECE). Servidora pública estatutária, atuando na política de assistência social. E-mail: erica.almeida@aluno.uece.br

[2]Mestre em Exercício Físico na Promoção da Saúde – UNOPAR (2023). Especialista em Treinamento Desportivo UNIBF. Graduação em Educação Física (Bacharelado) – CEUCLAR (2019) e em Licenciatura em Educação Física – IFCE (2017). Atualmente é Tutor presencial da Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera e Responsável técnico no Bunker Strenght & Conditioning. E-mail: jf.regis@hotmail.com

[3]Doutora em Educação pela Universidade Nove de Julho. Atualmente é professora adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE), professora do mestrado acadêmico (MAIE/UECE). Tem experiência na área da Educação, com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação e trabalho, política educacional, políticas públicas, educação, formação de professores, currículo e educação profissional. E-mail: antonia.xerez@uece.br

Palavras-chave: Pobreza. Acesso à Educação. Programa Bolsa Família.

Abstract
This research aims to understand whether the Bolsa Família Program -PBF achieved its purpose as a guarantee of the right to access education, investigating whether the conditionality imposed on its beneficiaries is a tool for educational inclusion. The analysis was carried out in the municipality of São João do Jaguaribe (Ceará). The theoretical perspective for this investigation is based on historical-dialectical materialism. We resorted to legislation, documents, manuals, forms and systems regarding the school attendance of PBF users. From the results obtained, when discussing access to education based on the conditionalities of the PBF in the municipality of São João do Jaguaribe, Ceará - considering enrollment and school attendance, such data demonstrated that, although educational policies have been displaced as social assistance policies, conditionality has been a positive strategy for school access.
Keywords: Poverty. Access to Education. Family Scholarship Program.

Resumen
El objetivo de esta investigación es entender si el Programa Bolsa Família (PBF) ha logrado su propósito de garantizar el derecho de acceso a la educación, investigando si la condicionalidad impuesta a sus beneficiarios es una herramienta para la inclusión educativa. El análisis se realizó en el municipio de São João do Jaguaribe (Ceará). La perspectiva teórica de esta investigación se basa en el materialismo histórico-dialéctico. Se utilizaron legislaciones, documentos, manuales, formularios y sistemas sobre la asistencia escolar de los usuarios del PBF. A partir de los resultados obtenidos, al discutir el acceso a la educación a partir de las condicionalidades del PBF en el municipio de São João do Jaguaribe, Ceará - considerando la matrícula y la asistencia escolar - los datos mostraron que, aunque las políticas educativas hayan sido desplazadas como políticas de asistencia social, la condicionalidad ha sido una estrategia positiva para el acceso escolar
Palabras clave: Pobreza. Acceso a la educación. Programa de becas familiares

Data de submissão: 05/08/2023
Data de aceite: 06/11/2023

Introdução

Este estudo parte da reflexão que o terreno contraditório do Estado, consolidado pela hegemonia do capital, traz à tona a implementação de políticas sociais que alimentam e moldam a mão de obra através do ensino, preparando-o tecnicamente para o trabalho, com foco na expansão do capital. O neoliberalismo surgiu baseado no conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas focadas no aumento da produção, com o propósito de aumentar o desenvolvimento econômico, tendo gastos residuais para investir na resolução dos problemas sociais, estimulando, desse modo, o alargamento das expressões da questão social. Segundo Iamamoto (2008, p. 27), a questão social pode ser compreendida como o:

> [...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz em comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna- se mais amplamente

> social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Dessa forma, podemos compreender que as políticas sociais foram implantadas para proporcionar uma resposta à questão social, no sentido de amenizá-las, mas de maneira que não interferisse no lucro do capital. O nosso exercício profissional como educadores é transformar a execução das políticas sociais, aprimorando-a, para que de fato ela possa ser um canal de acesso aos direitos sociais, e não algo a estimular o crescimento capitalista, buscando formas de suavizar as expressões da questão social.

Tratando-se da educação, revisitamos os preceitos da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que institui o Estado Democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social. No documento, encontra-se a política pública de educação no artigo 205: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Portanto, segundo Almeida (2000, p. 158):

> [...] é a não-universalização do acesso da população à educação escolarizada, decorrente, sobretudo, de um confronto de interesses alimentado e realimentado por uma cultura política excludente e elitizada, que não consegue incorporar a participação das massas nos ciclos de alternância do poder e desenvolvimento econômico.

Os programas de transferência de renda, executados pelas políticas sociais, surgem no Brasil em meados de 1975, com a proposta de promover melhorias à população. O professor Silveira (1975, p. 08) defende que:

> Entendemos que devemos manter o atendimento do direito à existência nos termos atuais de aliviamento da pobreza. Mas defendemos veementemente a necessidade de uma decisão ou de um compromisso social para sua erradicação a longo prazo, defendemos a necessidade do estabelecimento de um programa governamental, proporcionando meios que permitam a gradativa, mas efetiva extinção da pobreza na medida do crescimento da economia. Não devemos esperar que o "bolo" cresça, porque não há medida da suficiência deste crescimento e porque não é um problema suscetível a tratamento de choque, por mais rica ou "crescida" que seja a economia.

Sua criação estava relacionada à explosão da dívida externa na década de 1980 e o agravamento da pobreza na década de 1990, uma vez que estas causaram uma desestruturação do mercado de trabalho, ocasionando o crescimento do desemprego e da fragilização, além da informalidade das relações e vínculos trabalhistas. A concepção da focalização protagonizou a adoção de programas de transferência de renda, que, segundo Silva (2001, p. 13), refere-se ao"[...] direcionamento de recursos e programas para determinados grupos populacionais, considerados vulneráveis o conjunto da sociedade".

Algebaile (2009) explica que as implantações destes programas estão voltadas à concessão de uma renda mínima fixada em parcelas específicas para a população identificada como mais pobre, tendo por objetivo cobrir de forma residual e seletiva às situações causadas pela marginalização econômica e sociais, onde a prioridade não é resolver nem superar.

Seguindo este viés da política pública e os seus instrumentos para operacionalizar e atender às demandas sociais, a criação do Programa Bolsa Família - PBF, no ano de 2003, veio para unificar os

programas sociais que foram implantados na década de 1990 e inseridos na agenda pública brasileira como forma de superação da pobreza. No momento de realização desta pesquisa, o PBF foi extinto. Enquanto existente, esteve vinculado ao Ministério da Cidadania com a proposta de romper o ciclo da pobreza. Como forma de execução, referiu-se a uma aliança com mais duas políticas sociais (saúde e educação), conforme a Lei Nº 10.836/04. Desse modo, para que houvesse a concessão do benefício era necessário o cumprimento de certas condições (Brasil, 2004). Especificamente quanto à condicionalidade na educação, o objetivo do PBF era garantir o direito de acesso e permanência à escola.

Nas condicionalidades obrigatórias no quesito educação, era estabelecido que, para participar do programa, deveria haver o cumprimento de uma frequência escolar mínima para crianças e adolescentes, na faixa etária de 6 a 15 anos e de 15 a 17 anos. Fazem parte do perfilde atendimento do PBF a participação de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que vão além da falta de dinheiro e, como define Yazbek (2009, p. 74), "certamente não se reduz às privações materiais", com ausência de acesso a bens, serviços, direitos e possibilidades de transformação social e superação das vulnerabilidades.

Nesse sentido, suscitou-se a seguinte questão de pesquisa: diante das condicionalidades exigidas pelo PBF, quais os resultados ocorridos quanto ao acesso à educação? Partindo desta pergunta problematizadora, nosso objetivo é analisar se as condicionalidades do PBF são relevantes para oportunizar o acesso e a permanência na escola.

Metodologia

Esta pesquisa encontra-se, em maior parte, no horizonte dos questionamentos, mesmo tendo sido realizados alguns levantamentos prévios. Pretendemos, através deste documento, provocar o debate acerca das políticas sociais, discutindo sobre a realidade social e fortalecendo respostas às comunidades científica e social. Como cita Deslandes (2012, p. 42): "A forma de justificar em pesquisa que produz maior impacto é aquela que articula a relevância intelectual e prática do problema investigado à experiência do investigador."

A partir da pergunta norteadora, analisamos o cenário do PBF e suas condicionalidades, especificamente a que se volta para a questão da educação, trazendo essa discussão para o centro das análises através do estudo dos achados em pesquisa. A escolha do local foi o município de São João do Jaguaribe, localizado no interior do Estado do Ceará. Este foi selecionado devido ao fato de estar atuando há mais de 10 anos, como servidora pública (assistente social), na política de assistência social.

O caminho metodológico escolhido como método científico foi o materialismo histórico-dialético. A escolha deste partiu do pressuposto de que tal método analisa o que está em desenvolvimento, o que se transforma, como os homens se organizam, as classes sociais e, a partir deste, como constroem a história da sociedade.

Desta forma, nosso objeto de estudo pretendeu analisar os reflexos da política de educação inserida no contexto capitalista e suas transformações sociais, expondo a materialidade e as contradições existentes na sociedade, nos permitindo descrever esses fatos apartados da ideia do mero acaso. A teoria marxiana é clara: "Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação no curso da história pela ação dos homens". (Marx; Engels, 1986, p. 39). Sobre a dialética, Minayo (1994, p. 24) complementa ensinando que:

> A abordagem a Dialética faria um desempate nas correntes colocadas anteriormente. Ela se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói, o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações

> sociais que traduzem o mundo dos significados. A Dialética pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Busca encontrar, na parte a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, esta pesquisa realizou uma revisão de literatura, onde a abordagem aplicada foi um estudo qualitativo dos dados coletados no que se refere às frequências escolares dos usuários do PBF do município de São João do Jaguaribe. O material refere-se às informações dos alunos das escolas municipais que ofertavam o ensino fundamental completo, sendo elas localizadas (uma) na zona urbana e (quatro) na zona rural, no período de 2017 a 2019.

Excluímos o ano de 2020, uma vez que as aulas presenciais foram suspensas devido à pandemia causada pela covid-19, doença essa causada por um novo coronavírus chamado SARS-CoV-2, conforme dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). Foram pesquisados dados dos alunos do primeiro ao nono ano do Ensino Fundamental. Diante do exposto, nos alertamos para que os dados, tanto quantitativos como qualitativos, fossem analisados de forma reflexiva, no intuito de compreender qual o retrato do contexto educacional destes usuários que fizeram parte do PBF. Como afirma Gatti (2010, p. 57):

> Sem reflexão ou auto-reflexão sobre o ato de conhecer, a forma de ver e colocar os problemas, a maneira de tentar abordá-los, sem crítica e autocrítica não há pesquisa. Porque pesquisa é avançar fronteiras, é transformar conhecimentos e não fabricar análises segundo determinados formatos. Balizas, sim, consistência sim, plausibilidade, sim, aprisionamento do real em dogmas, não.

O interesse em realizar esta pesquisa possuiu um viés ligado à possibilidade de contribuir para a reflexão das políticas sociais executadas, sobretudo a educacional, com a finalidade de colocar em pauta essa discussão para a sociedade. Ela fez parte da construção da dissertação do mestrado, onde na quarta seção intitulada por "Análise dos desdobramentos educacionais no contexto das condicionalidades do Programa Bolsa Família, no município de São João do Jaguaribe"**,** apresentamos uma subseção que trata sobre "Frequências escolares e os resultados sobre o acesso ao ambiente escolar dos usuários do PBF". Portanto, olhamos para o objeto de pesquisa realizando uma análise sobre os desdobramentos educacionais resultantes da relação entre a política social de educação e o PBF no que refere ao acesso à educação.

Resultados e Discussões

Para apresentar o resultado e as discussões desta pesquisa sobre o acesso e permanência escolar a partir das condicionalidades do programa bolsa família, demonstraremos o estudo realizado a partir de três pontos: no primeiro, analisamos o território escolhido onde o programa bolsa família é executado, especialmente sobre algumas particularidades do município escolhido, características dos beneficiários e traços do cenário escolar onde os alunos estão inseridos. O segundo ponto trata sobre as matrículas e as frequências escolares dos usuários do programa bolsa família deste território. Por terceiro ponto, verificamos sobre a continuidade e a progressão escolar no que se refere do acesso à educação neste município.

Primeiro Ponto: territorializando o lócus do programa bolsa família, conhecendo o perfil dos usuários e materializando os espaços escolares

O município escolhido para a nossa pesquisa foi a cidade de São João do Jaguaribe, no estado do Ceará. A uma

distância de 224 km da capital cearense, com uma área de 280km², ele está localizado na zona fisiográfica e seca do Baixo Jaguaribe. Seu clima é salubre, sua temperatura tem uma média de 30ºc, a vegetação é rasteira (de aluvião e caatinga), e sua altitude com relação ao nível do mar é de 70 metros. Na zona rural, possui 32 localidades, situadas no decorrer das margens do Rio Jaguaribe, concentrando durante maior parte do ano, baixo volume de água. Ainda assim, ajuda muito na agricultura e pecuária locais. Conforme dados do IBGE, sua população, em 2010, foi estimada em aproximadamente 7.900 habitantes; e em 2021, em aproximadamente 7.557 habitantes.

Para situar o município perante à sua territorialização regional no estado do Ceará, recorremos ao Portal da Transparência e selecionamos os cinco municípios do Vale do Jaguaribe com maior cobertura dos beneficiários do PBF nos anos de 2018 e 2019. Fizemos também uma comparação com o ano de 2021. Ressaltamos que os mesmos municípios permaneceram nessas colocações, da 1º à 5º (da esquerda para a direita), ao longo desses anos. No Ceará, a cobertura dos beneficiários do PBF apontou um percentual de 14,49% em 2018 e 13,16% em 2019. No caso do município de São João do Jaguaribe, a cobertura foi de 12,29% em 2018 e de 11,38% em 2019; permanecendo no 14º lugar, diante dos 15 municípios que formam a região do Vale do Jaguaribe, durante o período analisado. Os dados seguem logo mais na figura abaixo.

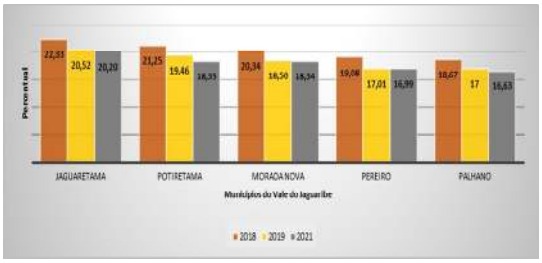


Figura 1 - Ranking Cobertura PBF – municípios do Vale do Jaguaribe/Ceará

Fonte: VISDATA. Acesso: maio/2022. Elaborado pela autora.

Em todos os casos, percebemos que houve uma diminuição da cobertura para a transferência de renda às famílias extremamente pobres e pobres, o que nos leva também a considerar uma negligência e uma destituição da garantia de direitos, pois os perfis de renda para participação no programa não foram modificados, uma vez que não houve um alargamento da renda per capita familiar.

De acordo com o levantamento dos dados do Cadastro Único e do PBF referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019, realizado na plataforma VISDATA (este é um sistema de gerenciamento e visualização dos diversos programas, ações e serviços do Ministério da Cidadania), apresentamos a classificação por tipos de renda, conforme o perfil da base do cadastro. A finalidade é entender como estava o perfil socioeconômico da população, no que se refere à renda per capta.

Tabela 1 - Classificação de Renda para o Cadastro Único em São João doJaguaribe/Ceará

Perfil de renda de Famílias	2017	2018	2019	2021
Extremamente Pobres	659	779	797	853
Pobres	540	544	520	144
Baixa Renda	39	24	20	475
Acima de ½ Salário Mínimo	581	647	728	724
Total	**1.919**	**1.994**	**2.065**	**2.196**
Beneficiárias do PBF	697	830	832	924
Com perfil, porém, não receberam o benefício	302	493	485	1.260

Fonte: Portal da Transparência. Dados divulgados no site do Ministério da Cidadania, de outubro de 2021. Acesso: Maio/2022. Elaborado pela autora.

Podemos perceber que houve um aumento progressivo das 'famílias

extremamentepobres' cadastradas no Cadastro Único: em 2017 correspondia a 36,22%, passando para 39,06% em 2018 e correspondendo a 38,59% no ano de 2019. De forma complementar, podemos pontuar que, numericamente, houve uma redução de famílias pobres no final do ano de 2019.

Porém, entendemos que essa diminuição não se relaciona a uma melhoria na qualidade de vida dessas famílias. Pelo contrário, a família cuja composição de renda a justificava e nomeava como 'famílias pobres' teve sua situação financeira ainda mais agravada, pois foi transferida para o perfil 'famílias extremamente pobres', que significa mais exclusão financeira ainda.

Apesar do recorte da pesquisa compreender os anos de 2017 à 2019 e entendendo que o contexto atual é diferente, tendo em vista a pandemia causada pela covid-19, pensamos que seria interessante trazer os últimos dados comparativos do PBF, uma vez que é o retrato da pobreza no nosso país.

Os dados mostram que, na última repercussão da transferência de renda deste programa no perfil 'famílias extremamente pobres' (com renda mensal per capita familiar inferior a R$ 89,00), tivemos um aumento significativo no cadastro e atualização dos dados das famílias inseridas no Cadastro Único do município. Ele parecer ocorrer em relação às 'famílias pobres', com um aumento acentuado de famílias que estavam no perfil de recebimento (na época, de R$ 89,01 a R$ 178,00) e não tiveram acesso ao benefício do PBF.

Um fato que nos chamou atenção foi o aumento exorbitante do número de famílias em situação de baixa renda, ou seja, com renda mensal per capita familiar entre R$ 178,01 e R$ 606,00. Em termos percentuais, saltando de 0,96% para 22% da totalidade dos cadastros.

Concluímos ratificando que a quantidade de famílias inseridas também aumentou, assim como o número de benefícios de transferência de renda. O que antes representava 53,65% do total de famílias cadastradas, em 2021 passou a 63,17%. Os dados, portanto, mostram como a situação financeira tem sido cada vez mais agravada, e a questão de sobrevivência, mais desafiadora.

O intuito de saber se o acesso está sendo concedido está ligado à garantia dos direitos sociais, afinal a essência do programa de transferência de renda abordado defende essa ideia. Nas palavras de Algebaile (2009):

> O caso da escolarização é paradigmático. A ampliação da escolarização dos mais pobres pode representar muito pouco se no mesmo período modificam-se, substancialmente, as exigências educacionais capazes de facultar uma participação menos marginal na vida do país. (Algebaile, 2009, p. 241)

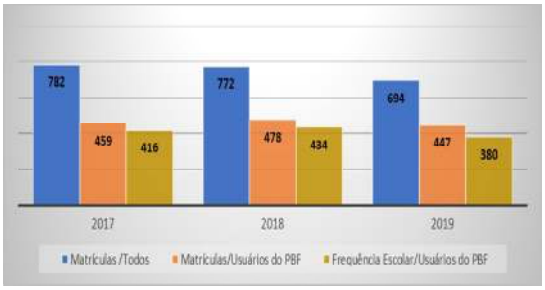
Ao definir esse princípio, não defendemos, entretanto, que o acesso à escola, por si só, écapaz de romper o ciclo de pobreza. Estamos convictos de que apenas uma revolução socioeconômica seria eficaz para o fim dessa situação degradante. Neste estudo realizado, o recorte abarcou as escolas de ensino fundamental do município de São João do Jaguaribe nos anos de 2017 a 2019, com o alcance de 4 equipamentos de ensino, sendo 1 na zona urbana e 3 na zona rural.

Segundo Ponto: matrículas, frequências escolares e as condicionalidades do programa bolsa família

Para que possamos ter o conhecimento da realidade em termos de inserção na escola, analisamos a frequência, instrumento que certifica a presença ou ausência dos usuários do PBF em idade escolar. Nesta seção apresentamos a relação dos alunos matriculados para sabermos quais destes eram de famílias usuárias do PBF, uma vez que pretendemos compreender as possibilidades do acesso e permanência no ambiente escolar nos anos decorridos.

O programa de transferência de renda acima citado exige o preenchimento do formulário nos meses de março, maio, julho, setembro e novembro, como forma de atestar se as condicionalidades estão sendo cumpridas, ou seja, se a frequência mínima exigida está sendo atendida. Logo após o preenchimento, os dados são lançados no Sistema Presença. Utilizamos, como meio de quantificação dos dados, os formulários, de 2017 a 2019, da frequência escolar dos alunos cujas famílias foram atendidas pelo PBF. Portanto, para este estudo, analisamos 15 formulários, de 4 escolas municipais.

Figura 2 – Matrículas escolares – Ensino Fundamental – 2017 a 2019



Fonte: IBGE e Sistema Presença. Acesso: maio, 2022. Elaborado pela autora.

De acordo com o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do total de matrículas realizadas, entre 2017 e 2019, no ensino fundamental do município de São João do Jaguaribe, foram: em 2017, 782 matrículas, em 2018, 772 matrículas, e em 2019, 694 matrículas efetuadas. Consultamos a plataforma do VISDATA e encontramos as quantidades de usuários do PBF com acompanhamento escolar registrado.

Em continuidade, fizemos também uma contagem dos alunos usuários do PBF do ensino fundamental, com idades entre 6 e 15 anos, que estavam matriculados na rede municipal durante o período analisado. Feito isso, fizemos um comparativo entre as escolas pesquisadas, para visualizarmos o quantitativo de usuários do PBF que tiveram frequência mínima de 85%. Apresentamos os dados no gráfico abaixo.

Tabela 2 - Quantitativo de Frequência Escolar Mínima de 85%

Anos/ Períodos escolares	Escola de Ensino Fundamental Chiquinho Rodrigues	Escola Municipal de Ensino Fundamental Bevenuto Ferreira Maia	Escola Municipal de Ensino Fundamental João Guerreiro de Sousa Lima	Escola Municipal de Ensino Fundamental Milton Chaves	Total
2017	272 alunos	42 alunos	25 alunos	77 alunos	416 alunos
2018	268 alunos	67 alunos	13 alunos	86 alunos	434 alunos
2019	227 alunos	65 alunos	14 alunos	74 alunos	380 alunos

Fonte: Sistema Presença. Acesso: maio, 2022. Elaborado pela autora.

Podemos perceber que mais da metade dos alunos matriculados no ensino fundamental do município eram de famílias pobres e extremamente pobres assistidas pelo PBF. Sobre a questão do acesso à educação, identificamos, em 2017, que 90,63% das crianças e adolescentes das famílias usuárias do PBF estavam inseridas no espaço escolar. Em 2018, esse quantitativo ascendeu, apresentando 90,79%, depois houve nova redução, para 85,01%, em 2019.

Tais dados demonstram que a condicionalidade tem sido uma estratégia positiva para acesso escolar, uma vez que não sendo atingido o percentual mínimo de 85% da frequência escolar, o recurso a ser recebido fica comprometido e este, embora seja um valor mínimo, é bastante considerável quando se trata de famílias pobres e extremamente pobres. Logo abaixo, trazemos a tabela com o quantitativo de frequências/presenças dos alunos, considerando escolae ano.

Os dados mostram que a maior quantidade de alunos encontrava-se na escola localizada na zona urbana da cidade, embora as escolas da zona rural ofertem tanto os anos iniciais quanto os anos finais do ensino fundamental. Vale destacar, no entanto, que a escola citada acima também recebe alunos da zona rural. Quanto à distribuição dos turnos na escola da sede, a fim de facilitar o deslocamento de quem mora distante, os horários diurnos são prioritários aos alunos da zona rural, e o horário noturno é ofertado

aos demais, contribuindo para a condição de acesso ao ambiente escolar.

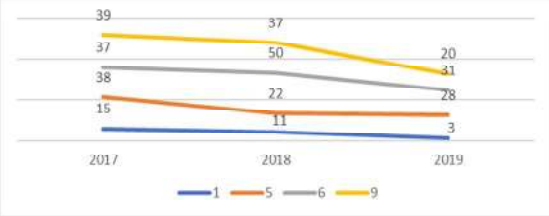
Na sequência, apresentamos os dados quantitativos dos alunos que integraram as famílias assistidas pelo PBF no município de São João do Jaguaribe, conforme os anos iniciais e finais do ensino fundamental, considerando as quatro escolas citadas anteriormente.

Tabela 3 - Quantitativo Alunos/Usuários do PBF X Série X Anos/ Escola EnsinoFundamental Chiquinho Rodrigues

Escola Ensino Fundamental Chiquinho Rodrigues											
Anos/ Períodos Escolares	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**Total**	**Média dos 03 anos**
2017	15	24	34	20	38	37	26	39	39	272 alunos	255 alunos
2018	11	23	29	35	22	50	34	27	37	268 alunos	
2019	3	19	32	29	28	31	38	27	20	227 alunos	

Fonte: Sistema Presença. Acesso: maio, 2022. Elaborado pela autora.

Figura 3 - Frequência Escolar - EEF Chiquinho Rodrigues



Fonte: Sistema Presença. Acesso: maio, 2022. Elaborado pela autora.

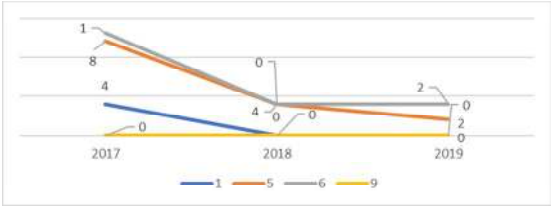
Em concordância com os dados apresentados, percebemos que, ao tomarmos como parâmetro os primeiros e últimos anos do ensino fundamental da EMEF Chiquinho Rodrigues e da EMEF João Guerreiro de Sousa Lima, há uma queda das frequências no decorrerdo período em destaque.

Tabela 4 - Quantitativo Alunos/Usuários do PBF X Série X Anos/ EscolaMunicipal de Ensino Fundamental João Guerreiro de Sousa Lima

Escola Municipal de Ensino Fundamental João Guerreiro de Sousa Lima											
Anos/ Períodos escolares	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**Total**	**Média dos 03 anos**
2017	4	2	3	6	8	1	0	1	0	25 alunos	
2018	0	3	2	3	4	0	1	0	0	13 alunos	17 alunos
2019	0	0	4	2	2	2	3	1	0	14 alunos	

Fonte: Sistema Presença. Acesso: maio, 2022. Elaborado pela autora.

Figura 4 – Frequência escolar - EMEF João Guerreiro de Sousa Lima



Fonte: Sistema Presença. Acesso: maio, 2022. Elaborado pela autora.

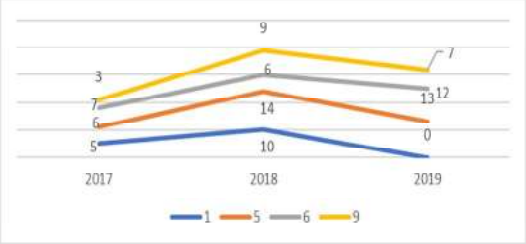
A EMEF Milton Chaves chegou a não ter nenhum aluno pertencente ao PBF, apesar dos anos anteriores terem apresentado estudantes no primeiro ano. Nos demais anos escolares, oscilou em manutenção da frequência escolar, com um aumento de alunos e também com um pequeno decréscimo no nono ano. Já na EMEF Bevenuto Ferreira Maia, há uma ascendência nos demais anos, excepcionalmente do 9º ano, conforme exposição dos gráficos.

Tabela 5 - Quantitativo Alunos/Usuários do PBF X Série X Anos/ Escola Municipalde Ensino Fundamental Milton Chaves

Escola Municipal de Ensino Fundamental Milton Chaves											
Anos/ Períodos escolares	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**Total**	**Média dos 03anos**
2017	5	15	13	11	6	7	7	10	3	77 alunos	
2018	10	5	14	14	14	6	7	7	9	86 alunos	79
2019	0	14	6	13	13	12	3	6	7	74 alunos	alunos

Fonte: Sistema Presença. Acesso: maio, 2022. Elaborado pela autora.

Figura 5 - Frequência Escolar - EMEF Milton Chaves



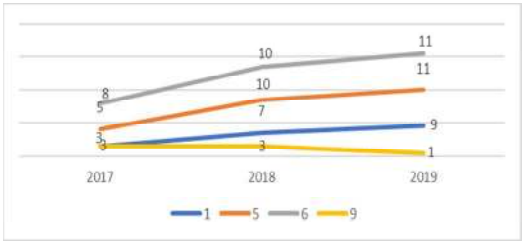
Fonte: Sistema Presença. Acesso: maio, 2022. Elaborado pela autora.

Tabela 6 - Quantitativo Alunos/Usuários do PBF X Série X Anos/ Escola Municipal de Ensino Fundamental Bevenuto Ferreira Maia

Escola Municipal de Ensino Fundamental Bevenuto Ferreira Maia											
Anos/ Períodos escolares	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**Total**	**Média dos 03 anos**
2017	3	3	6	1	5	8	2	11	3	42 alunos	
2018	7	8	7	4	10	10	5	13	3	67 alunos	58 alunos
2019	9	10	7	3	11	11	6	7	1	65 alunos	

Fonte: Sistema Presença. Acesso: maio, 2022. Elaborado pela autora.

Figura 6 - Frequência Escolar - EMEF Bevenuto Ferreira Maia



Fonte: Sistema Presença. Acesso: maio, 2022. Elaborado pela autora.

Ao analisarmos estes dados conforme o ano escolar, percebemos que, em 2017, a maior taxa de presença foi do 8º ano do ensino fundamental, totalizando cerca de 109 alunos presentes. Já a menor taxa de presença ficou com o 1º ano, com 65 alunos. As maiores taxas relativas a 2018 são do 6º ano, que totalizou 104 alunos, e do 7º ano, 92 alunos. As menores taxas de presença, tanto em 2018 quanto em 2019, são do 3º ano, com 71 e 65 alunos, respectivamente.

Observamos que as maiores taxas presenciais relacionaram-se aos anos finais do ensino fundamental, assim como há uma tendência de transferência do aluno da escola da zona rural para a escola da zona urbana, provavelmente relativa à conclusão do ensino fundamental. Isso pôde ser identificado quando fizemos o manuseio das frequências, pois os nomes dos estudantes que estavam vinculados às escolas da zona rural, em sua maioria, apareciam na escola situada no centro da cidade. Com base nesses dados, podemos inferir que existiu uma mobilidade das famílias usuárias do PBF em São João do Jaguaribe, seja pela questão do perfil da renda, seja pelo deslocamento e mudança de domicílio ou de território/comunidade. Nesse sentido, também podemos interpretar que as referidas famílias têm empreendido esforços para manter os filhos na escola.

Terceiro ponto: analisando a continuidade e a progressão escolar como possibilidades de acesso à educação

Tratando não somente de conclusão do ensino fundamental, mas do processo contínuo dos anos subsequentes estudados, os dados que coletamos retratam sobre a configuração da permanência do aluno usuário do PBF na escola. Vejamos:

Tabela 7 - Quantitativo Alunos X Continuidade/Progressão Escolar

Escolas	Períodos Contínuos				
	3 anos	2 anos e meio	2 anos	1 ano e meio	1 ano
Escola de Ensino Fundamental Chiquinho Rodrigues	145	23	67	56	40
Escola Municipal de Ensino Fundamental Bevenuto Ferreira Maia	23	1	2	27	5
Escola Municipal de Ensino Fundamental João Guerreiro de Sousa Lima	9	1	10	1	4
Escola Municipal de Ensino Fundamental Milton Chaves	39	8	28	14	8

Fonte: Sistema Presença. Acesso: junho, 2022. Elaborada pela autora

Diante dos fatores de continuidade e progressão escolar, duas escolas apresentaram níveis acima de 50% entre os anos de 2017 e 2019: a EEF Chiquinho Rodrigues com 56,86% e a EMEF João Guerreiro de Sousa Lima com 52,94%. Já a EMEF Bevenuto Ferreira Maia e a EMEF Milton Chaves apresentaram níveis mais baixos, com 39,65% e 49,36%, respectivamente. Não constam casos de repetência por alunos usuários do PBF no período analisado.

Vale destacar que os traços de continuidade nem sempre foram relativos à anos consecutivos. Tivemos casos de alunos que frequentaram anos contínuos, mas também alunos que frequentaram a escola e saíram ou que frequentaram, saíram e retornaram. Esse último caso nos impactou, pois acreditamos que o retorno à escola ainda é mais difícil do que a inserção pela primeira vez ao ambiente escolar, já que para isto acontecer é necessário superar ou, pelo menos, amenizar as condições que levaram ao abandono escolar.

Considerações finais

Assim, retomamos a pergunta problematizadora: diante das condicionalidades exigidas pelo PBF, quais os resultados relativos ao acesso à educação no município de São João do Jaguaribe? A relevância de discutir essa temática nos tempos em que ela foi elaborada, pois estávamos vivenciando uma crise humanitária causada pelo novo coronavírus, nos mostra ainda mais o quanto a educação é fundamental. Muitas reflexões são relevantes e, uma delas é sobre a troca instantânea do ensino presencial pelo ensino à distância, condição difícil de ser realizada, principalmente, quando se tratou de tentar ingressar em lares de famílias extremamente pobres e de famílias pobres sem proporcioná-las as condições para usufruir desta estratégia de ensino.

Nos termos do acesso à educação, essa desigualdade vai ser evidenciada cada vez mais na segregação de escolas públicas e privadas, relegando investimentos para que possamos ter uma educação pública, gratuita e de qualidade. O legado de Paulo Freire nos ensinou que precisamos resistir, fomentando a prática da alfabetização libertadora, dando às pessoas a garantia de direitos, inclusive políticos. Isso colaboraria com a implantação de movimentos revolucionários de superação da sociedade estamental, oligárquica, própria do regime da primeira república.

Dos resultados obtidos, em concordância com os elementos postos nesta pesquisa, ao discutir sobre o acesso à educação a partir das condicionalidades do

PBF no município de São João do Jaguaribe, no Ceará – considerando matrícula e frequência escolar, identificamos, em 2017, que 90,63% das crianças e adolescentes das famílias usuárias do PBF estavam inseridas no espaço escolar. Em 2018, este quantitativo ascendeu, apresentando 90,79% e, em 2019, houve novamente uma redução, para 85,01%.

Em relação à continuidade e progressão escolar, diante da quantidade de alunos inseridos nos anos escolares, duas escolas apresentaram para percentuais acima de 50% no nosanos de 2017 a 2019; foram o caso da EEF Chiquinho Rodrigues, com 56,86%, e da EMEF João Guerreiro de Sousa Lima, com 52,94%. Já a EMEF Bevenuto Ferreira Maia e a EMEF Milton Chaves tiveram dados abaixo da metade, com 39,65% e 49,36%, respectivamente.

Tais dados acima demonstram que a condicionalidade tem sido uma estratégia positiva para o acesso e permanência escolar. No entanto, não podemos deixar de mencionar que a oferta do ensino educacional não deveria vir associada à uma condição. Educação é direito fundamental. Família não pode ser punida porque não conseguiu acessar um direito. Silva e Carneiro (2016) entendem que punir pela falta de algo, em vez de ser positivo e inclusivo, pode trazer consequências irreparáveis:

> O caráter punitivo atribuído às condicionalidades coloca questões importantes que devem ser consideradas, tais como: podem agravar situações de vulnerabilidades e riscos sociais prévios vivenciados pelas famílias que são mais propensas ao descumprimento, culminando com sua responsabilização por situações tipificadas como disfuncionais. Ademais, mesmo que as condicionalidades estejam afetas aos três níveis de governo, é sobretudo ao município que recai a maior responsabilidade da oferta de serviços, gestão e acompanhamento das famílias em descumprimento. Bem sabemos da fragilidade e falta de condições estruturais, de recursos e de pessoalpara a maioria dos municípios brasileiros ofertarem serviços de educação e de saúde em quantidade e de qualidade para atender adequadamente à demanda da população. Mesmo assim, os municípios não são responsabilizados por essa deficiência. Acrescentam-se ainda os custos administrativos e financeiros que a gestão das condicionalidades acarreta, não garantindo a melhoria das condições da vida das famílias brasileiras do BF. (Silva; Carneiro, 2016, p. 106 e 107)

Como pode ser exigido algo do outro em troca do usufruto de seu direito? Esse descompasso de penalizar a família por algo que ela não cumpriu, a fim de que ela possa ter o direito de receber a transferência de renda do programa é algo que destoa quanto à garantia de direitos. Precisamos, que a condicionalidade seja aplicada ao Estado, para que assuma a sua responsabilidade perante a lei, dando ao cidadão, através da oferta de um ensino de qualidade, métodos de superar os desafios socioeconômicos impostos pelo capitalismo, a fim de construir uma sociedade pautada numa condição digna de equidade social.

Referências

ALGEBAILE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil:** a ampliação para menos. Rio de Janeiro: Faperj. 2009.

ALMEIDA, N.L.T. **Educação**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Política Social. Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 3. Brasília/DF: UnB. 2000.

BRASIL. **[Constituição (1988)].** Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004.** Regulamenta a Lei no

10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família**.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20de setembro de 2004. p. 3.

BRASIL. **Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004.** Cria o Programa Bolsa Família. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jan. 2004, p. 01.

DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In.: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos, OLIVEIRA, Iranildo da Silva. Evasão na EJA: um desafio histórico. **Educação & Formação**, v. 5, n. 13, p. 79-94, jan./abr. 2020. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/990. Acesso em: 25 jun 2023.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil.** 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Mundialização do capital, "questão social" e Serviço Social no Brasil. **Revista em Pauta**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Número 21 – 2008.

MARX, K.; ENGELS, F**. A ideologia alemã.** São Paulo: Hucitec, 1986.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In.: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e política públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, jul./dez. 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; CARNEIRO, Annova Míriam Ferreira. Condicionalidades no Bolsa Família: controvérsias e realidade. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **O Bolsa Família:** verso e reverso. Campinas: Papel Social, 2016.

SILVEIRA, Antônio Maria da. Redistribuição de renda. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira deEconomia**, Vol. 29, N. 2, ps. 3 a 15, 1975.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 7. ed. São Paulo: Cortez,2009.